



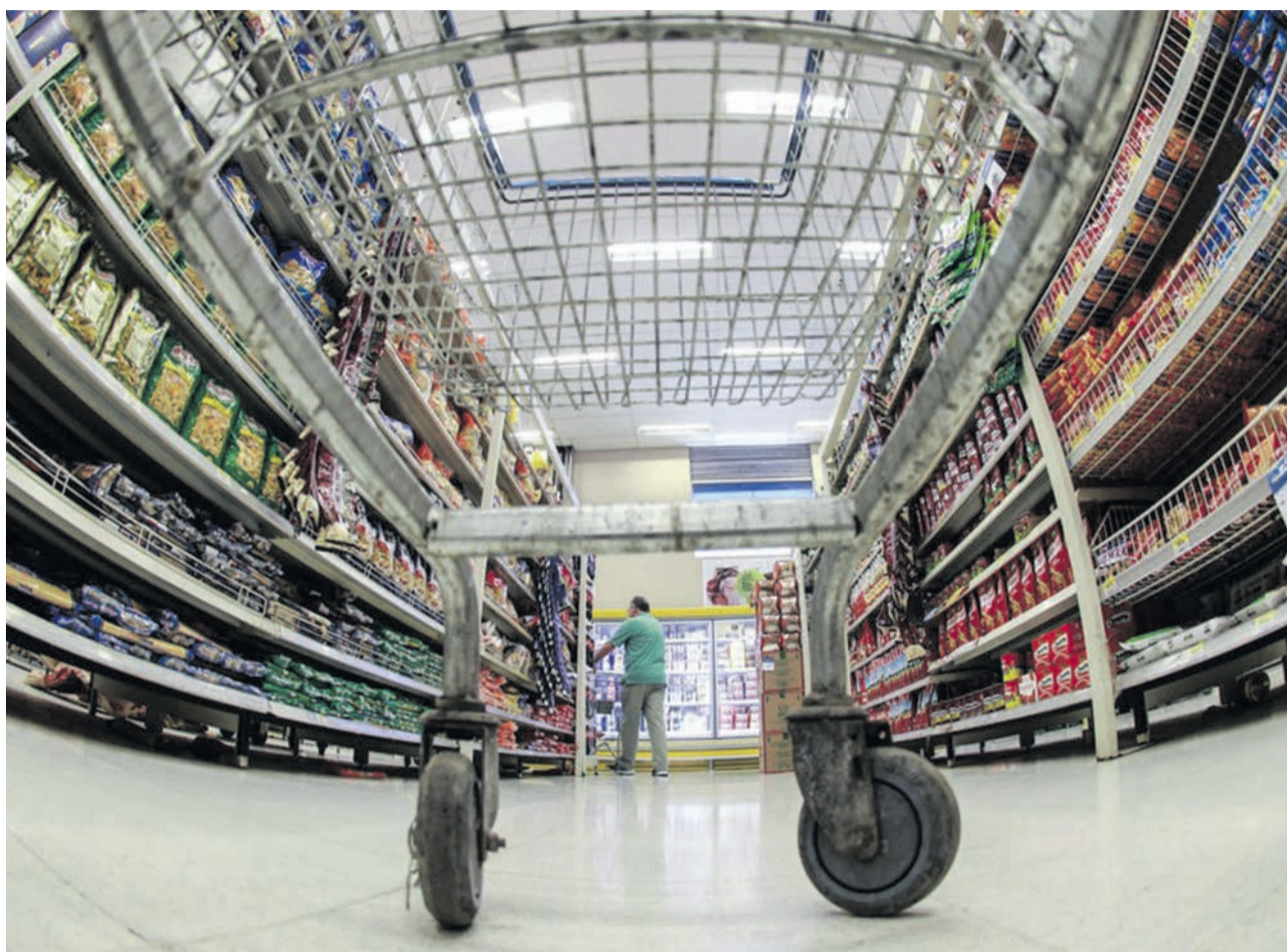
a Voz do Operário

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 140 NÚMERO 3063 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
FEVEREIRO 2019 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA Mercedes Martinez Valdés

Em 1959, a dignidade desceu da Sierra Maestra para derrotar o fascismo em Cuba. Apenas a 140 quilômetros dos Estados Unidos, o povo cubano prepara-se para votar a nova constituição num país com avanços sociais inéditos na América Latina. A Embaixadora de Cuba faz o retrato do passado e do presente. **págs. 8 e 9**



TRABALHADORES

Em luta pela dignidade

Em Portugal, trabalham mais de 100 mil pessoas nas grandes superfícies comerciais numa profissão que oferece pouco mais do que o salário mínimo a quem esteja no topo da carreira. Para além dos salários, estes tra-

balhadores que têm protestado por melhores horários, contra o banco de horas e melhores condições materiais queixam-se também da proliferação do assédio laboral. É o retrato de um setor em luta. **págs. 6 e 7**



A VOZ DO OPERÁRIO Espaço Educativo da Baixa da Banheira

Este espaço d'A Voz do Operário é uma ilha onde a igualdade e a inclusão convivem com um modelo pedagógico que dá às crianças a autonomia para crescerem com valores democráticos. **pág. 5**



Eleições para o Parlamento Europeu

Num ano em que Portugal vai a votos para eleger os deputados à Assembleia da República, os eleitores são também convocados a participar nas eleições para o Parlamento Europeu, com data agendada para 26 de maio, num plebiscito marcado pelo Brexit e pelo crescente descrédito nas instituições europeias. **págs. 13**



Mulheres saem à rua

O Movimento Democrático de Mulheres convocou uma manifestação nacional para o dia 9 de março em Lisboa. Igualdade e justiça social são as reivindicações de uma organização que luta desde 1968 para acabar com todo o tipo de discriminações e pela emancipação. Tem ponto de encontro na Praça dos Restauradores. **pág. 12**



Venezuela assediada por Estados Unidos e UE

Países alinhados com os Estados Unidos e a União Europeia, numa manobra inédita, tentam impôr à Venezuela, desde dia 23 de janeiro, o opositor Juan Guaidó como presidente, apesar de não ter participado nas eleições presidenciais antecipadas que deram a vitória a Nicolás Maduro em maio do ano passado. **pág. 16**

Comemoração do 136.º aniversário

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

A Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário celebra no próximo dia 13 de Fevereiro o seu 136º aniversário.

É sobejamente conhecida da grande maioria dos sócios a história da fundação da nossa Instituição, mas nunca é demais salientar que A Voz do Operário foi fundada por operários tabaqueiros com o objetivo de por um lado, sustentar o seu jornal, criado havia pouco mais de 3 anos e promover a instalação de escolas para que os operários e os seus filhos tivessem condições para o ler e por outro, para lutar pela dignificação e melhoria das condições dos trabalhadores.

Nascida em consequência da luta dos operários tabaqueiros contra a grande exploração a que estavam sujeitos, A Voz do Operário tem uma história repleta de sucessos, não só em prol da educação, como no apoio social, na cultura e no desporto, em que, cumprindo os desígnios dos seus fundadores, muitas gerações de dirigentes, sócios e amigos, sempre colocaram A Voz do Operário na linha avançada da defesa dos direitos dos trabalhadores.

A principal comemoração do aniversário está agendada para o dia 23 de março, na nossa sede, com a realização do Jantar e Sessão Solene, evento a que apelamos à participação dos sócios.

Integrada na comemoração do aniversário, é tradição proceder à homenagem a uma personalidade de mérito reconhecido, tendo este ano a Direção decidido distinguir Carlos Alberto Vidal, grande amigo d'A Voz do Operário, em reconhecimento de uma vida inteiramente dedicada à cultura.

Carlos Alberto Vidal tem uma grande ligação à A Voz do Operário, não só pela participação em diversos espetáculos, como pela composição de muitas das cantigas que a nossa Marcha Infantil entoou ao longo das três décadas de desfiles.

Temos na memória o maravilhoso espetáculo que Carlos Alberto Vidal ofereceu (em todos os sentidos) às nossas crianças e a toda a gente que encheu o Rossio aquando da comemoração do 132º aniversário em Fevereiro de 2015.

Conhecido pelas crianças e também por todos nós como o "Avô Cantigas", cedo mostrou a sua veia artística, tendo com apenas 6 anos cantado "A Procissão"

numa Festa de Natal dos trabalhadores de uma fábrica na Lousã.

Publicou em 1973 o seu primeiro disco "As Filhas da Tia Anica", seguindo-se o disco "Bom Dia, Senhor Alberto!" publicado em 1974.

De entre os muitos trabalhos, elencam-se os álbuns "Changri-Lá" e "Histórias do Corpo Humano" e os singles "Em Mangas de Camisa", "Chegou O Menino Jesus do Avô Cantigas", "Planeta Azul" e "Balada de Neve".

Em 1979 participou com vários temas no I Festival da Nova Canção de Lisboa.

Em 1981 participou no programa "Palhaços à Solta" da RTP, obtendo nesse ano grande sucesso com o tema "A Cantiga do Chouriço".

O personagem "Avô Cantigas", um alter-ego do artista, foi criado para o programa "O Passeio dos Alegres" da RTP, tendo gravado o disco "As cantigas do Avô Cantigas".

Participou, no programa "Vitaminas". Cria depois nova personagem com o "Guarda Vidal".

Em 2007, como Avô Cantigas, obtém um grande sucesso com "Fantasmilha Brincalhão" com um ano de permanência no top nacional de vendas (vários meses em 1º lugar). "Atchim" foi outro grande sucesso do avô cantigas.

Em 2011 é lançado um livro e já em 2012 é editado o álbum "É Tão Bom Sonhar".

Foi homenageado no ano passado pela Sociedade Portuguesa de Autores, evento em que foi surpreendido com a presença das crianças da Marcha Infantil d'A Voz do Operário, que o ladearam no palco dando com a sua alegria um significativo colorido a esta homenagem.

Anunciou que está para breve um novo álbum, desta vez para outro público que não as crianças.

Para além desta homenagem, este evento de comemoração do 136.º aniversário constitui igualmente o ponto de partida para a celebração dos 140 anos da fundação do nosso Jornal, com iniciativas agendadas ao longo de todo o ano.

Com estas comemorações, não só enaltecemos a história de uma Instituição com uma vida perene de realizações e intensa na defesa das causas dos trabalhadores, como reforçamos a certeza de que saberemos todos, associados, dirigentes, trabalhadores e amigos, construir um futuro que honre e prossiga o legado da A Voz do Operário.

EDITORIAL

Pela paz, contra a guerra e o fascismo

A menos de quatro meses das eleições para o Parlamento Europeu, a banalização das ideias de extrema-direita nos órgãos de comunicação social ameaça trazer para o debate pressupostos que pareçam há muito enterrados. É grave que se dê mais tempo de antena aos obscuros personagens que resgatam o fascismo do que aos que mais o combateram durante meio século. No ano em que se comemoram 45 anos da revolução que esmagou a ditadura há quem procure cavalgar sobre o legítimo descontentamento da população escondendo que o fascismo que defendem afogou o nosso povo na miséria, analfabetismo, mortalidade infantil, perseguição política e campos de concentração.

É evidente que há setores da economia portuguesa que são viveiros de baixos salários e más condições de trabalho. Só na grande distribuição são mais de 100 mil e recebem pouco mais do que o salário mínimo no topo da carreira. Os que tratam de ajudar-nos diariamente a adquirir produtos básicos recebem miseravelmente enquanto as empresas acumulam lucros pornográficos. A sua luta por melhores condições de vida é uma luta que nos diz respeito a todos.

É também grave que tenha havido mais um caso de agressão policial contra os moradores negros do bairro Jamaica, no Seixal. É urgente que se investiguem as razões que levaram a este tipo de intervenção porque não pode sobrar a mais leve suspeita de que a ação da polícia tenha sido motivada por qualquer tipo de discriminação racial.

No meio da tormenta que se abate sobre a América Latina, cumpriram-se 60 anos do dia em que os barbudos liderados por Fidel Castro, junto do povo cubano, tomaram o poder e derrubaram o fascismo. Praticamente havia passado de ser colónia espanhola a colónia norte-americana. Os revolucionários cumpriram o sonho de José Martí e resgataram a independência e a soberania nacional conquistando sucessivamente avanços sociais atestados pela ONU. Apesar do bloqueio, os cubanos são hoje donos do seu próprio futuro.

É o mesmo bloqueio que querem levar à Venezuela para asfixiar um povo e impor-lhe um presidente não eleito que traz a benção de Donald Trump. A questão vai muito para além de estarmos ou não alinhados com o governo de Nicolás Maduro. Para quem se lembra do Iraque, da Líbia e da Síria, a defesa de um golpe de Estado contra o homem que ganhou as últimas eleições presidenciais em disputa com outros candidatos da oposição deve repugnar todas as mulheres e homens que verdadeiramente defendem a democracia e o direito dos povos à não ingerência externa. A chantagem da União Europeia e o papel do governo português são absolutamente lamentáveis, abrem caminho à guerra e contrariam os princípios da Constituição da República Portuguesa.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



CD HISTÓRIAS MAGNÉTICAS - LANÇAMENTO

Música e literatura juntas para magnetizar infâncias



Ilustrações das histórias que compõem o CD, da autoria de Sofia Pelágio, 9 anos, aluna do 3º ano do 1º Ciclo do Espaço Educativo da Graça – A Voz do Operário

4. Uma galinha

O fascínio de ouvir contar histórias, ontem como hoje

“Eu e a Isabel somos do tempo dos singles com histórias infantis - para quem não sabe, eram discos em vinil, com apenas uma faixa de cada lado como *A carochinha* ou *O macaco do rabo cortado*. Era teatro radiofónico narrado e sonorizado de uma forma muito exagerada e nós gostávamos muito. Na altura dos nossos filhos esses discos já não existiam. Foram substituídos pelos filmes, que tornaram a presença da imagem imprescindível. Mas nós nunca deixámos de contar histórias e de contrariar esta contaminação pela imagem, não só porque é muito desafiante e divertido contar histórias “à antiga” mas também porque fazê-lo continua a estimular sem limites e sempre de maneiras diferentes a imaginação de qualquer criança (ou adulto)”, explica Sérgio Pelágio.

“Primeiro como pai e mãe contadores de histórias e agora já com quase dez anos de *Histórias Magnéticas*, a experiência mostrou-nos que o hábito de ouvir contar boas histórias torna as crianças mais curiosas, inteligentes e calmas.

O que pretendemos é perpetuar esta actividade humana tão antiga, directa e bela a partir de histórias de geografias, épocas, estilos e autores muito diferentes. Quanto à guitarra, procurei apenas que esta funcionasse como uma extensão da voz da Isabel, acentuando aqui e ali determinados momentos da narrativa. Espero que, na sua invisibilidade, estes sons possam fundir-se em harmonia com a musicalidade própria de cada história”, acrescenta o guitarrista.

Percurso dos autores

Sérgio Pelágio iniciou os seus estudos musicais em guitarra clássica com 12 anos. Mais tarde, descobriu o jazz e a música improvisada e tocou, entre outros, com David Liebman, Andy Sheppard, Graham Haynes, Norma Winston, John Abercrombie, Bernardo Sasseti e Mário Laginha, com quem gravou *Hoje* (1994, Farol Música Lda). Em 1992, criou o grupo Idefix e editou *Idefix live* (1992, Miso Records). Compôs para os coreógrafos Paulo Ribeiro, Paula Massano, João Galante e Teresa Prima. Em 1998, fundou com Sílvia Real as Produções Real Pelágio, dupla responsável

pela trilogia *Casio Tone, Subtone e Tritone*. Em 2002 editou *Bandas Sonoras para peças de Francisco Camacho e Vera Mantero 1993-97* (2002, Miso Records). Colabora com o contrabaixista Mário Franco, tendo gravado *Our Door* (Toap Records 2013) e *Rush* (Nischo Records 2018). Criou em 2009 o projeto para a infância *Histórias Magnéticas*, ao qual acrescenta de tempos a tempos novos contos musicados.

Isabel Gaivão estudou teatro na Escola Superior de Teatro e Cinema em Lisboa e no Herbet Berghof Studio em Nova Iorque. Trabalhou em televisão e teatro com diversos encenadores, como JER (ensemble Jer), Luís Castro (Karnart) e Alexandre Lyra Leite (Inestética), e participa regularmente em aulas de expressão dramática para crianças. Colabora com Sérgio Pelágio em *Histórias Magnéticas* desde o início do projeto.

O CD *Histórias Magnéticas* encontra-se disponível em www.boca.pt, no bar A Janela da Voz e no Teatro da Voz (Travessa de São Vicente, 11) com preço reduzido para os sócios VO. Pelo país, nas seguintes livrarias: Baobá, Ler Devagar, Poesia Incompleta, Tigre de Papel (Lisboa) | Bruuá (Figueira da Foz e Coimbra) | Centésima Página (Braga) | Faz de Conto (Coimbra) | Fonte de Letras (Évora) | Gigões e Anantes (Aveiro) | Ler Devagar (Óbidos) | Salta Folhinhas, Ufalufa (Porto)

Mais informação sobre o projeto em historiasmagneticas.blogspot.com e em [@ashistoriasmagneticas](https://twitter.com/ashistoriasmagneticas)

Próximas sessões de lançamento
Histórias, ateliers e conversas magnéticas à solta

Cine-Teatro de Torres Vedras 10.02 (16h30)
Livraria Centésima Página (Braga) 16.02
FNAC Porto (MAR Shopping) 17.02 (16h30)
FNAC Cascais 2.03 (17h30)
FNAC Alfragide 3.03
Livraria Baobá 9.03 (16h)
FNAC Chiado 16.03

Susana Martins

Percorridos quase 10 anos de itinerância, era chegado o momento de reunir em registo discográfico os contos-concerto que dão corpo ao projeto para a infância *Histórias Magnéticas*, do músico Sérgio Pelágio. Depois de uma sessão de lançamento no Teatro da Voz, o CD *Histórias Magnéticas* continua na senda de se dar a conhecer ao pequeno grande público para o qual foi composto.

Na bagagem, que desde 2009 Sérgio Pelágio tem vindo a compor, para a interpretação da atriz Isabel Gaivão, encontram-se seis contos musicais de diferentes épocas e origens geográficas: *A galinha*, de Clarice Lispector; *O meu primeiro D. Quixote* e *Um estranho barulho de asas*, de Alice Vieira; *Nungu e a senhora hipopótamo*, de Babette Cole; *Enquanto o meu cabelo crescia*, de Isabel Minhós Martins; e *A bomba e o general*, de Umberto Eco. Este último, escrito em 1966, marcou o arranque do projeto. Nele, Eco aborda a ameaça atómica, os efeitos destruidores da guerra e a im-

portância do papel da paz na formação das comunidades. Meio século depois, o tema assume uma preocupante actualidade, para a qual o conto-concerto pretende chamar à atenção convidando todos a refletir sobre o papel de cada um no rumo da história.

Ao longo dos anos, estes contos musicais têm circulado intensamente por bibliotecas, escolas e outros lugares pelo país fora, para além de uma tournée internacional pela rota da língua portuguesa, que os levou, entre outras paragens, a Cabo Verde, Timor e Macau, e mais recentemente, a Paris, no âmbito da Semana das Culturas Estrangeiras, numa iniciativa promovida em parceria com o Instituto Camões, em Setembro de 2018.

O registo discográfico agora apresentado é uma co-edição da associação Produções Real Pelágio e da editora BOCA - Palavras que alimentam, com o apoio da Direção Geral das Artes, da Câmara Municipal de Lisboa e da SIB A Voz do Operário. O CD conta ainda com ilustrações da autoria de Sofia Pelágio, 9 anos, aluna do 3º ano do Espaço Educativo da Graça - A Voz do Operário.

Os mais pequenos ficam sempre em último: A diversidade em debate (Parte 1)

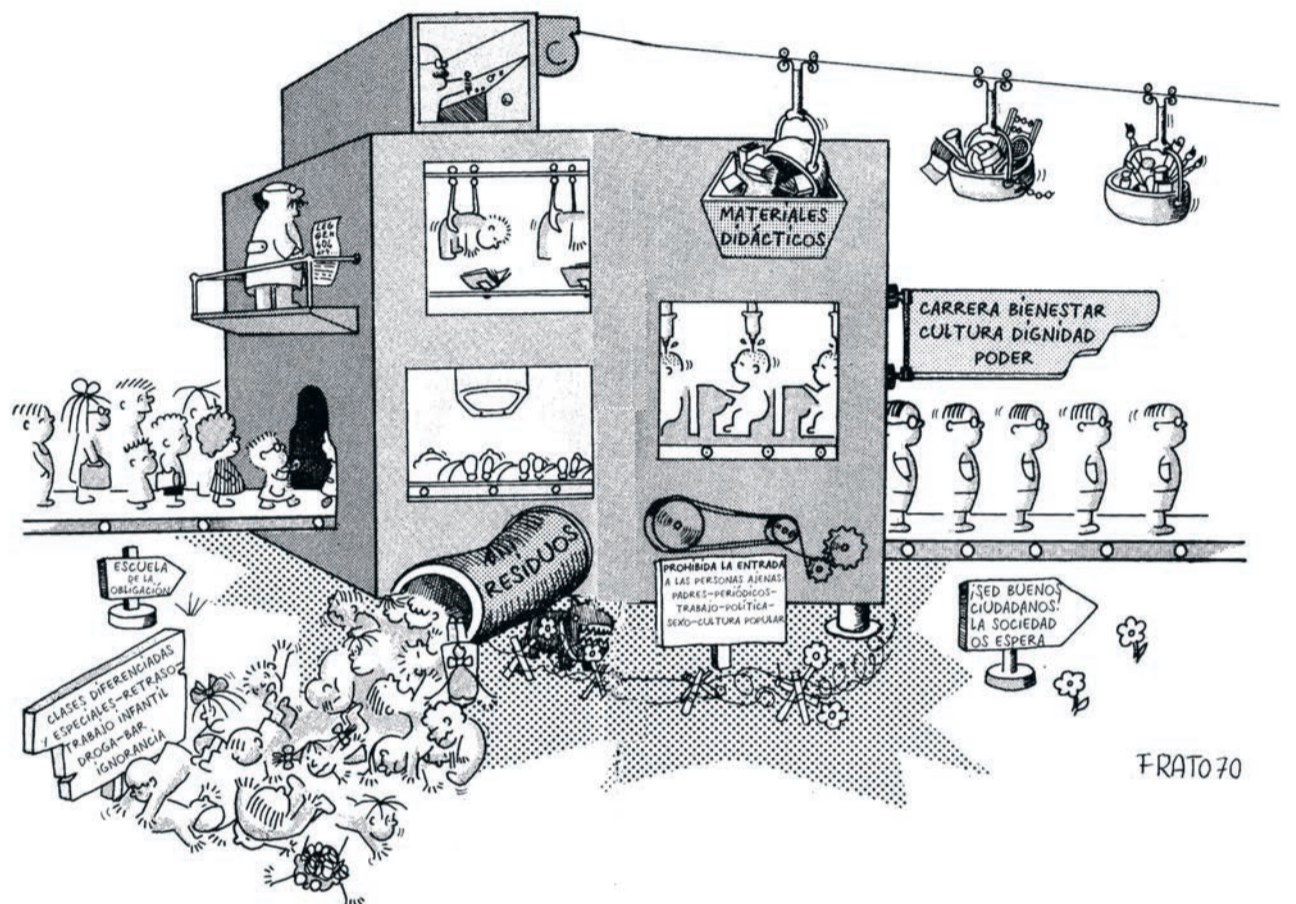
Sérgio Gaitas

Diretor Pedagógico do Espaço Educativo da Graça

Por força das circunstâncias sou frequentador assíduo de parques infantis. Numa das minhas recentes incursões assisti a duas crianças a ultrapassarem outras duas na fila para o escorrega. Questionadas sobre o assunto responderam tranquilamente: Os mais pequenos ficam sempre para o fim. A sabedoria popular ensina-nos que o barómetro de desenvolvimento de uma sociedade é a forma como lida com os mais desprotegidos e como potencia o seu desenvolvimento. Iniciamos assim com duas interrogações (que não pretendemos responder): Que sociedade é esta que estamos a construir e de que forma a escola contribui para esta construção?

Sem mais demora que o tempo urge, importa construirmos a consciência coletiva de que a escola da atualidade é a escola de massas herdada da revolução industrial do séc. XVIII. Com o objetivo de promover a mudança é fundamental reconhecermos certos princípios, considerados como verdades absolutas, que respondendo a uma lógica de produção, definem a organização escolar. São vários os princípios espelhados na literatura que retratam esta organização. Três são particularmente importantes para a compreensão da organização da escola atual: a) O princípio da organização do trabalho. Como em qualquer fábrica os dias na escola estão segmentados em blocos de tempo, guiados por um manual de instruções, com intervalos pré-definidos para o ócio e para o descanso. Ao toque da campainha todos os alunos mudam de tarefa e, frequentemente, de sala. À medida que a exigência aumenta, os professores tornam-se especialistas em determinados assuntos e, ao longo do dia, vão andando de turma em turma e de sala em sala. b) O princípio da conformidade. À semelhança da produção industrial, em que o objetivo é produzir versões idênticas do mesmo produto, também a educação de massas foi concebida com o objetivo de formatar os alunos com determinados requisitos/capacidades. Os alunos que não demonstram as capacidades pré-definidas são rejeitados pelo sistema. Esta é a lógica do ensino-teste para garantir a uniformidade/conformidade dos alunos. A escola desenvolveu uma tendência para avaliar os alunos de acordo com um padrão único de habilidades e todos os alunos que não cumpram esse padrão são considerados incapazes ou como tendo dificuldades; c) O princípio da linearidade. À semelhança das etapas da produção industrial também a educação de massas foi desenhada como uma série de etapas sequenciais em que um teste valida a etapa atual e dá acesso à etapa seguinte. Tipicamente os alunos são divididos em grupos com idades idênticas, progridem em classes definidas pela data de nascimento onde os alunos mais velhos são os que têm mais poder (de intimidação).

É à luz destes princípios que percebemos a ingenuidade das crianças na sua afirmação. Aproveitando os 50 anos da morte de António Sérgio deixamos uma referência a um pequeno texto de uma atualidade desconcertante: “Quanto a mim parece-me que os males de que nos queixamos



“A solidariedade não é um favor, mas uma ação que se assume, porque o outro tem direito a ela...”

são fatalíssima consequência da estrutura da sociedade, - e que só portanto terão remédio se nos metermos firmemente a transformar essa estrutura, o que não é possível com pregações, nem com política de autoritarismo, nem com reformas só pedagógicas, - mas com reformas sociais e pedagógicas concatenadas, entrelaçadas como fios de um tecido único, as quais preparem o nosso povo para o uso razoável da liberdade e para empreender por si mesmo a sua emancipação social-económica”.

Neste contexto, os grupos homogêneos utilizando a idade como fator agregador, começam a ser cada vez mais questionados. Agrupar as crianças pela faixa etária é assumir que o mais importante que as crianças têm em comum é a sua data de nascimento. Estes grupos conduzem frequentemente à criação de subgrupos e à colagem de etiquetas em determinados alunos. Subtilmente o hábito leva a que os alunos se identifiquem com estes rótulos e construam a sua identidade ao redor da etiqueta. Surgem assim os grupos de alunos que têm um ritmo de trabalho lento ou demasiado rápido, aqueles que estão atrasados nas aprendizagens, os tímidos ou ainda aqueles que não acompanham os pares da mesma idade. Através da criação bem-intencionada de todos estes grupos, a escola demite-se de uma das suas funções, a de favorecer todas as formas possíveis de desenvolvimento recíproco pela diferença.

Todos os alunos têm o direito, e a necessidade, de ver considerada a sua individualidade e, em simultâneo, de

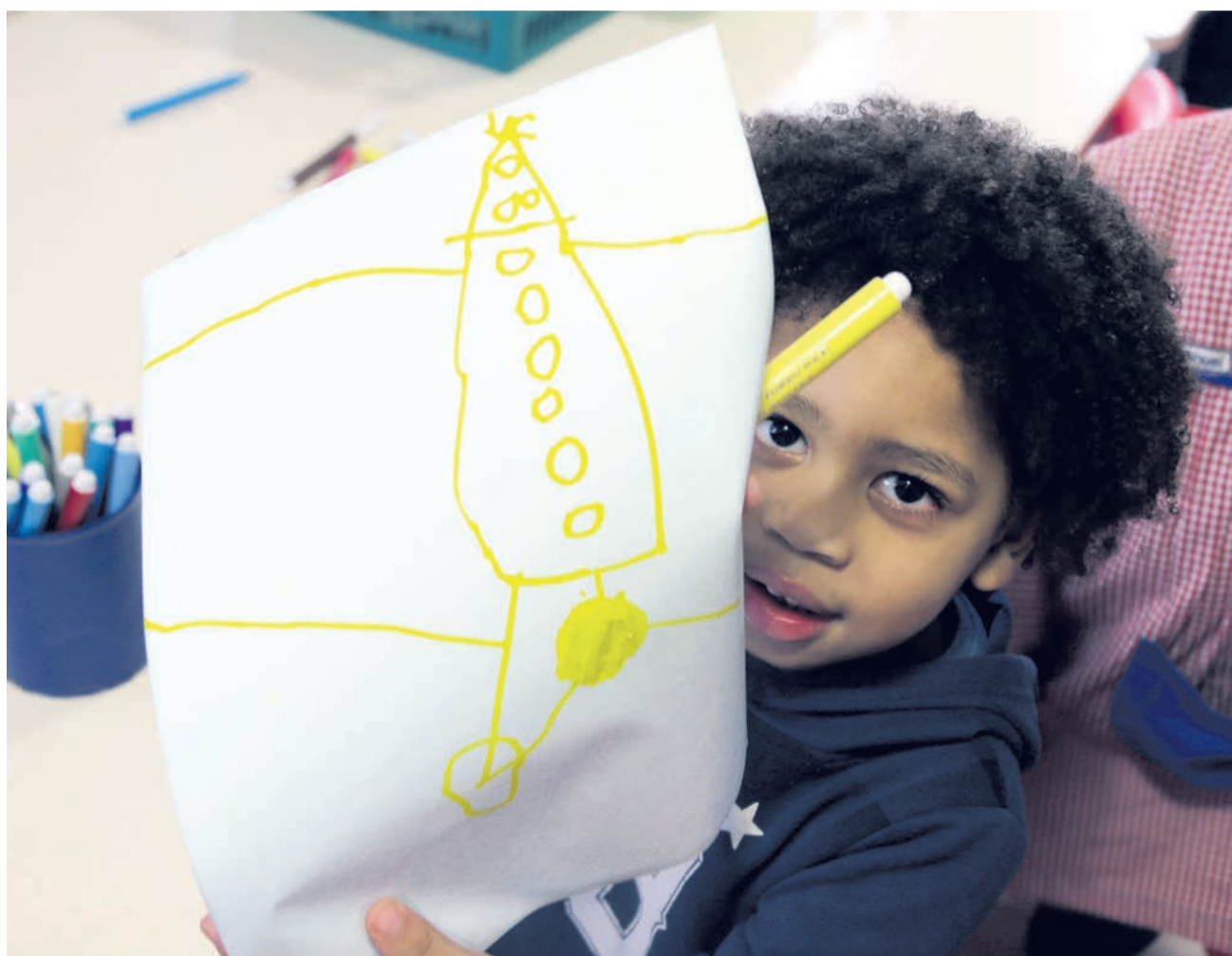
trabalhar com outros alunos com sensibilidades, estratégias de aprendizagens e níveis de desenvolvimento diferentes, com o objetivo de se enriquecer o coletivo pela diferença.

O caminho é o de celebrar a diversidade. Os talentos individuais assumem muitas formas e devem ser promovidos igualmente de maneiras diversas. Na prática, importa perceber que todos as crianças são diferentes, aprendem de maneira diferente, a um ritmo diferente que se diferencia ainda de acordo com o trabalho/conteúdo/atividade que se está a desenvolver. Por exemplo, uma criança pode estar no mesmo nível ou num nível mais avançado de desenvolvimento em determinadas atividades e com um nível de desenvolvimento menor em outras, comparativamente a uma criança mais nova ou da mesma idade. Na sociedade, separar as pessoas segundo o critério da idade para a constituição de grupos de trabalho é uma forma de segregação que só acontece nas escolas.

É esta confrontação sistemática com a diferença que conduz ao que chamamos de conflito sociocognitivo e que é o motor do desenvolvimento e das aprendizagens. Para os mais novos, é uma oportunidade de aprender com os mais crescidos, para estes últimos, é uma oportunidade de saber respeitar o próximo, reforçar as suas aprendizagens, criar um espírito de entajuda e, pela sua mão, guiar os mais novos na apropriação dos instrumentos e modos de relação socioculturais. Os mais novos jamais poderão ficar para o fim.

ESCOLAS - ESPAÇO EDUCATIVO DA BAIXA DA BANHEIRA

Participação e inclusão na Baixa da Banheira



Atividades no Espaço Educativo da Baixa da Banheira

São dez e meia da manhã no Espaço Educativo d'A Voz do Operário na Baixa da Banheira. Na sala 1, duas meninas estão na área da dramatização. Estão caracterizadas com diferentes artigos. Não se sabe bem o que representam. Ali ao lado, três crianças fazem a experiência do vulcão no laboratório de ciências enquanto um menino desenvolve uma atividade no laboratório de matemática. As crianças distribuem-se pela sala dividindo-se pelas diferentes áreas até que chega a hora de arrumar e se sentam numa roda para comunicar aquilo que estiveram fazer. Esta é uma dinâmica que pode parecer casual e desprovida de sentido. Mas todos sabem onde estão e o que fazem. Como uma orquestra em que cada um toca um instrumento diferente, tudo é organizado. A este jornal, Inês Costa, psicóloga nesta escola, explica que "há um processo de reflexão". Diz que "aqui o poder é partilhado com as crianças e não é o adulto que diz o que as crianças têm de fazer. A ideia é estimulá-las a assumir compromissos". Susana Machado, coordenadora técnica-pedagógica desta escola, acrescenta que "há a liberdade de as crianças escolherem" mas também há acompanhamento no sentido de as orientar para aquilo que lhes falta fazer nas diferentes áreas de conhecimento. Há sempre uma "postura estratégica". Vê-se que são

ativos nos processos de tomada de decisão, sabem onde está cada coisa, o que há para fazer e que tarefas têm. Susana Machado explica que as crianças "têm noção das tarefas que deixaram por fazer no dia anterior. Atribuem significado ao que fazem e há uma avaliação diária". Mas vai muito para além disso. Uns têm a responsabilidade de cuidar do peixe que está no aquário, outros vão cuidar da horta e ao almoço há quem tenha de distribuir a fruta e os guardanapos. No fim, arrumam tudo. Inês Costa conta que os pais ficam muito admirados quando as crianças acabam por fazer em casa aquilo que fazem na escola. Tudo isto é surpreendente se se pensar que A Voz do Operário só está neste espaço desde 2013. Hoje, tem 190 crianças e 30 funcionários.

Todos diferentes, todos iguais

Um dos elementos que sobressaem neste espaço educativo é a convivência entre toda a comunidade. Alunos, pais e funcionários contribuem ativamente de múltiplas formas. Susana Machado recorda uma atividade que levou à construção de uma manta de histórias. Uma manta de retalhos que juntou tecidos que cada um trouxe. Como no dia em que se organizou um lanche em que cada família trouxe

uma comida tradicional do seu país. São mais de 15 as nacionalidades que aqui convivem em perfeita harmonia. "O modelo pedagógico e a organização da escola são ferramentas de inclusão. É uma ferramenta contra a exclusão. Os miúdos dão-se sem olhar às diferenças e não vemos as diferenças como diferenciadoras mas como riqueza. As pessoas sentem que a escola está aberta à comunidade e sentem-na como delas", explica.

Participação democrática

Rogério Santos, eleito no executivo da Junta da União de Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, é peremptório em afirmar que a vinda d'A Voz do Operário para a ali foi um avanço. "Temos um projecto autárquico onde trabalhamos em parceria com as diferentes instituições. O *feedback* que temos enquanto eleitos é que para as freguesias a escola d'A Voz tem uma enorme reputação. Está referenciada como uma escola de qualidade", afirma.

A relação com a Câmara Municipal da Moita é igualmente boa, explica a psicóloga Inês Santos. De tal forma, que houve colaboração na dinamização de uma assembleia de crianças de todo o concelho que acabou por se transformar num importante ato de participação democrática. Nada que seja desconhecido às crianças d'A Voz do Operário, habituadas a debater. "Foi no ano passado, em maio, no âmbito da feira anual de projetos em que todas as instituições educativas têm um espaço para mostrar a sua atividade. Durante um dia fecharam o Centro de Exposições e fizeram a assembleia", descreve. Mas antes houve todo um trabalho preparatório. Houve assembleias em cada sala, depois com os alunos todos da escola e, de seguida, a assembleia com crianças de várias escolas com a presença do presidente da Câmara Municipal da Moita. Os alunos levaram problemas concretos e houve um compromisso da autarquia em resolver cada um destes casos. "Foi um importante contributo d'A Voz para a comunidade.

Espaço Educativo da Baixa da Banheira
Berçário, Creche,
Creche Familiar e pré-escolar

Alunos: 190
Funcionários: 30

Rua Estrada da Amizade, 75
2835 - 180 Baixa da Banheira, Moita

Horário de funcionamento: 07h00 às 19h00
Telefone: +351 210 811 420
E-mail: baixadabanheira@vozoperario.pt

TRABALHADORES



“Há uma grande dificuldade para conciliar a vida familiar e laboral. Quem trabalha num supermercado hoje em dia deixou de ter vida social”

A luta por melhores condições de trabalho nos supermercados

Mais de 100 mil em Portugal, os trabalhadores das grandes superfícies comerciais debatem-se com problemas laborais que fazem deste setor um dos pior pagos do país. Os lucros de milhões das empresas que detêm os supermercados a que a maioria da população recorre regularmente não se refletem nos bolsos de quem trabalha. Neste muro de ganância, a coragem de quem luta é uma bandeira de dignidade.

Bruno Amaral de Carvalho

Assim que souberam que Pedro Santos (nome fictício) se recusava a trocar a folga, como a empresa dizia precisar, o responsável de loja no Supercor da Beloura e o diretor de recursos humanos fecharam-no no cofre do supermercado durante horas. O trabalhador alegou que era o seu dia de descanso e que tinha coisas combinadas naquele fim-de-semana

com a família. Encerrado, foi coagido de todas as formas. Primeiro, tentaram convencê-lo que o iam despedir perguntando-lhe por quanto é que se ia embora. Depois, ameaçaram-no com o horário noturno permanente. E acabaram a dizer que o iam transferir para a loja mais longe de casa.

João Pedro Morais (nome fictício) começou a sentir que algo de estranho se passava quando percebeu que as chefias implicavam consigo por situações pelas

quais não reagiam da mesma forma com outros colegas seus. Depois, começou a aperceber-se que todos os seus horários eram controlados à procura da mínima falha. Não tardou que comessem a chover os insultos numa falta de respeito que nunca achou ser possível existir contra alguém que trabalha no El Corte Inglés há anos. Criou-se um ambiente de intrigas para desprestigiar João com mentiras que tinha quase a certeza que partiam dos seus responsáveis e acabou

num isolamento em que praticamente nenhum outro trabalhador se atrevia a comunicar sem ser pelo estritamente necessário. O ambiente infernal deixou-o de tal forma ansioso que percebeu que precisava de pedir ajuda. Foi à Autoridade para as Condições do Trabalho, sindicalizou-se no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP) e percebeu que aquilo que lhe estava a acontecer era assédio e que é frequente no seu local de trabalho

para forçar os trabalhadores mais antigos ao despedimento.

Apesar de ter uma indicação de vários especialistas para ser submetida a uma intervenção cirúrgica, Carla Osório ouviu do médico do seguro que iria ter alta. Estupefacta, a trabalhadora do Continente recusa-se a assinar os papéis apesar do pedido do profissional de saúde. Responde-lhe que não tem de assinar qualquer documento e o médico admite que tem ordens de cima para lhe dar alta.

Organizar a luta

Estas são algumas das denúncias que Elisabete Santos, Francisco Duarte e Sofia Silva receberam nos últimos tempos. Os dirigentes e delegados sindicais do CESP denunciam que há trabalhadores a ir de muletas para as lojas onde exercem as suas funções de pé durante oito horas resguardados dos olhares dos clientes em secções como a padaria ou o talho.

Como trabalhadores da grande distribuição, para além da falta de condições, sofrem na pele também a sua condição de sindicalistas.

“Tenho 25 anos de casa e estou na loja do Pingo Doce do shopping de Miraflores e vou trabalhar na primeira semana de cada mês. Não quero perder o elo de ligação com os meus colegas nem com as formações que vão sendo dadas”, afirma Elisabete. É operadora de supermercado especializada na charcutaria. Sorri e diz que já podia ser gerente de loja. “Já me fizeram várias propostas, podia ter um salário melhor mas para isso queriam que deixasse o sindicato”, conta.

Distante da imagem propalada pelos principais órgãos de comunicação social sobre os ativistas sindicais, nenhum deles abdica de trabalhar e não há qualquer vantagem pessoal para quem abraça o sindicalismo, explicam. Francisco é trabalhador há 25 anos do Minipreço e vai várias dias por mês ao seu local de trabalho em Campo de Ourique. O mesmo faz Sofia que é operadora no El Corte Inglés desde que abriu há 18 anos. “Dizem na imprensa que temos tachos e salários extra e é mentira. Nós damos a cara pelos colegas e levamos com represálias. Não somos aumentados, não temos direito a prémios e ficamos estagnados. Tudo porque somos ativos sindicalmente. Contudo, posso dizer que sinto que sou muito apoiada pelos meus colegas. Quando estou na loja reconhecem no sindicato, através de mim, o que vamos conseguindo melhorar. Ainda que às vezes pareçam coisas minúsculas, eles dão valor. Sinto-me muito acarinhada. Nem sempre é fácil. Não temos um botão em que desligamos os problemas e vamos para casa. Tudo o que os afeta também nos afeta e muitas vezes temos de resolver problemas nas nossas folgas porque há um trabalhador que está aflito. Eu sinto-me gratificada



Elisabete Santos, Sofia Silva e Francisco Pedro

por este trabalho sindical e pelas pequenas vitórias”, descreve.

Tanto a mudar

“Os trabalhadores dos supermercados têm horários muito abrangentes. Desde as sete da manhã, muitas vezes, e estica até às 22, 23 ou 24 horas”, denuncia Francisco Duarte. “Um casal que não tenha ninguém para tomar conta dos filhos tem muitas dificuldades porque as creches fecham às 19h ou 20h. Há uma grande dificuldade para conciliar a vida familiar e laboral. Quem trabalha num supermercado hoje em dia deixou de ter vida social”.

Elisabete diz que com o banco de horas no Pingo Doce há horas extraordinárias para as quais são avisados “em cima da hora: olha faltou uma colega e vais ter de ficar mais duas horas. Essas horas vão para um banco e ficam registadas no sistema e podem ser compensadas em tempo ou em dinheiro se não forem usadas naquele espaço de tempo que a empresa nos dá para gozar. O que acontece na maioria das vezes é que alguém vai ao sistema e apaga as horas”.

Sofia Silva indigna-se e revela que o El Corte Inglés tem uma revista para os funcionários em que se fazem campanhas de natal e se promovem lanches na empresa em épocas festivas para as crianças. “Nos restantes dias do ano, acham que as crianças crescem sozinhas”.

A questão dos horários é, aliás, razão de muitos problemas familiares. Sobre tudo, quando os dois membros do casal trabalham no mesmo setor. “Às vezes, as famílias não se cruzam. Agora, namora-se ao telefone. Ouvimos constantemente o governo a dizer que têm de nascer mais bebés mas devem achar que os bebés nascem por telefone”, ironiza Sofia.

“Nestas empresas da distribuição”, conta Elisabete, “os ritmos de trabalho são cada vez mais acelerados, os horários desregulados, todos os dias temos horários diferentes. Trabalhamos de segunda a domingo e em algumas empresas existe também o trabalho nocturno. Há gente que trabalha da meia noite às 6 da manhã”.

Mas não é o único dos problemas. São mais de 100 mil trabalhadores que em Portugal se debatem com o drama dos baixos salários. O último acordo assinado está tão desatualizado que os sete escalões salariais da carreira destes trabalhadores já foram ultrapassados pelo salário mínimo. Quem atinja o topo deste percurso, recebe 627 euros. “Eu, por exemplo, que tenho 25 anos de casa, ganho mais 50 euros que o salário de quem acaba de entrar e tenho de lhes dar formação e dar-lhes todo o apoio”, denuncia Elisabete Santos antes de explicar que há uma negociação do contrato coletivo a decorrer há 27 meses. “Eles mostram disponibilidade para negociar mas só para fazer uma pequena atualização dos

salários. Na prática, a maioria dos trabalhadores não ia ter aumentos”. De acordo com a dirigente sindical, querem aumentar uma miséria e em troca, reduzir o pagamento do trabalho extraordinário e a introdução do banco de horas. “A contrapartida que eles querem é maior do que aquilo que eles querem dar. Querem dar-nos um chouriço e nós temos que dar o porco”, revela.

Pelo que diz Francisco Duarte, há também diferenças entre empresas e dentro das mesmas empresas. “No Pingo Doce, o salário de entrada estava cinco euros acima do salário mínimo antes desta atualização. O Lidl já anunciou que vai pagar 670 euros e no Minipreço anda entre os 600 e os 610. Mas é uma empresa onde há discriminação salarial de todo o tipo. Não se respeita que haja salário igual para trabalho igual. A discriminação tanto se dá entre homens e mulheres como por gostos de quem chefia. Temos trabalhadores no topo da carreira que já têm oito anos de casa com salários mais baixos dentro da tabela mínima que são os 626 e depois temos funcionários a ganhar mais. Estamos a falar de empresas que lucram milhões e milhões e não repartem os lucros”.

O problema das pausas é também uma denúncia frequente. Elisabete diz que há empresas do setor em que para se fazer uma pausa para comer fora da hora de almoço ou para ir à casa-de-banho se é obrigado a compensar mais tarde quando isso faz parte do tempo de trabalho. A falta de espaço adequado para a pausa é também comum e levou a uma importante luta no El Corte Inglés. Descreve Sofia que os trabalhadores das lojas “faziam pausa para comer na casa-de-banho. Apesar de haver escritórios com máquinas de cafés, sumos e bolos ao lado, as chefias achavam que os operadores deviam comer na casa-de-banho para não estarem à vista dos clientes. Fizemos uma denúncia à porta e teve impacto. Os clientes ficaram indignados com a nossa situação. Conseguimos resolver uma coisa que se arrastava há 15 anos. Agora, dentro dos armazéns de cada piso temos um espaço para as nossas pausas com uma cadeira e uma mesa.

Esta é, aliás, consideram, a melhor forma de alcançar direitos e acabar com injustiças que se abatem sobre os trabalhadores. Francisco dá o exemplo das ações que se realizam em frente às lojas do Minipreço por melhores condições de trabalho, onde os clientes acabam por ligar para a empresa em protesto. “Há muitos que fazem queixa e é importante a empresa sentir a pressão dos clientes”. Neste processo negocial que desenvolvem em torno do acordo coletivo tem havido várias greves com denúncias à porta das lojas. É a atividade sindical a melhor forma de os trabalhadores se organizarem e travarem as lutas que lhes devolvam a “dignidade” que estas empresas com milhões de lucro “lhes roubam”.

MERCEDÉS MARTINEZ VALDÉS

“O povo cubano é um povo heróico”

Mercedes Martinez Valdés é embaixadora de Cuba em Portugal há ano e meio e faz o retrato histórico da ilha. Em 1959, as forças rebeldes lideradas por Fidel Castro derrubaram o fascismo em Cuba e abriram caminho a uma revolução que prossegue, 60 anos depois, a apenas 140 quilómetros dos Estados Unidos. Visitada por mais de 30 mil portugueses no ano passado, Cuba está a menos de um mês de referendar uma proposta de nova Constituição. Hoje, de acordo com dados da ONU, é um dos países mais avançados da América Latina.



Mercedes Martinez na Embaixada de Cuba

Bruno Amaral de Carvalho

Por que houve uma revolução em 1959?

Tínhamos que mudar o que havia em Cuba. Que era analfabetismo, latifundismo, exploração, prostituição, jogo e, sobretudo, um governo que correspondia aos interesses não dos que viviam lá mas dos interesses do império.

Dizia-se que Cuba era o bordel dos Estados Unidos.

Exacto. Era o bordel dos Estados Unidos e o dinheiro do casino ia para os bolsos dos mafiosos e as mulheres viviam da prostituição. A história às vezes tem, como nós

dizemos, pés curtos, mas para as pessoas que viveram naquela altura era muito difícil. Havia discriminação racial. Os negros em Cuba não podiam ir à praia. A praia era para os brancos. Tínhamos um sistema que para nada correspondia aos interesses dos cubanos e, sobretudo, não correspondia ao desejo do povo de ser independente e soberano.

E quais é que são as principais conquistas destes 60 anos de revolução?

Eu acho que a própria revolução é a maior das conquistas e dentro da revolução o processo como tal. A unidade do povo, os avanços sociais, o facto de Cuba ser um país independente, soberano e de não depender do ditado de ninguém. Essas são as princi-

pais conquistas. Cuba é hoje um país livre, e tem um povo culto. Como dizia o próprio apóstolo da nossa independência, José Martí, “ser culto para ser livre”. A revolução chegou, cresceu e continuará. Quando fala com os cubanos, dizem sempre que há que melhorar e é verdade. Temos muitas coisas a melhorar mas nenhum cubano quer perder o que tem. Ninguém quer perder a saúde que é gratuita, a educação gratuita, o desporto subsidiado, a cultura subsidiada, o cartão de racionamento. São conquistas do processo que ninguém quer perder. Queremos melhorar e nisso andamos, a tentar melhorar porque o que nós estamos a fazer é distribuir as nossas riquezas entre todos e não são muitas. Cuba é um país não desenvolvido. As pessoas julgam que Cuba é a França. Temos praias muito bonitas, temos rum, temos charutos mas Cuba é um

país pequeno com recursos naturais limitados. Temos que fazer muito mais mas ninguém quer voltar para o que tínhamos antes de 1959.

Quais foram os principais obstáculos que enfrentou o povo cubano?

O povo cubano é um povo heróico. Se fizer um percurso pela nossa história, verá que depois do triunfo da revolução, os Estados Unidos tiraram-nos as quotas açucareiras, começaram a preparar mercenários e invadiram Cuba em 1961. Alentaram e promoveram pessoas armadas nas montanhas, fizeram atentados terroristas, inclusivamente, em Portugal. Temos cá duas vítimas dos atentados contra diplomatas. Também houve atentados contra lojas, infantários, pescadores e houve um contra um avião em que morreram todos os passageiros, entre eles a equipa de esgrima, a tripulação e, inclusive, cidadãos de terceiros países. Houve também atentados contra hotéis em que morreu um turista italiano. Foram 60 anos de resistência com um bloqueio, o mais prolongado jamais feito a um país e estamos em pé e vamos continuar de pé. Foram 11 administrações norte-americanas. Ainda instigaram a guerra fria e estivemos à beira de uma guerra nuclear. Mesmo assim, com tudo isso, erradicámos o analfabetismo, temos um bom sistema de saúde, temos escolas. Inclusivamente, nas montanhas onde só há um menino, uma criança, e essa escola tem painel solar, tem televisão e tem um professor. Criámos universidades. Tínhamos poucas universidades. Agora cada província tem a sua universidade.

Cuba implementou nos últimos anos uma série de reformas económicas. Como está a situação atualmente?

No ano passado, por exemplo, tivemos um discreto crescimento do Produto Interno Bruto de 1,2% que apesar de ser pequeno não deixa de ser alentador. No meio de muitos fatores adversos o comportamento da economia fecha em sinal positivo. Isto deve-se a um importante esforço do povo, sobretudo, na indústria açucareira, no setor da agricultura e na criação de gado que são para a população setores muito importantes. Não menos relevante foi o fato de que, no meio de tantas dificuldades e de tantos fatores adversos, fossem garantidos serviços sociais à população como a educação, a saúde, a cultura e o desporto. E no ano passado, Cuba concluiu com a taxa de mortalidade infantil mais baixa da sua história com 4,0 mortes por cada mil nascimentos. Estamos entre os países desenvolvidos. Passámos de 38,7 em 1970 a este valor.

Essas reformas adaptaram o sistema económico que é planificado às novas realidades. Porque Cuba não está isolada, está inserida num mundo em que predominam as políticas neoliberais. Todas as nossas reformas estão dirigidas ao crescimento económico e ao desenvolvimento social do país e não só. Por exemplo, nós temos no marco das nossas responsabilidades governamentais o interesse em desenvolver o Tarefa Vida que é um plano para a protecção do meio ambiente. Estamos interessados no uso mais amplo das fontes alternativas de energia. Queremos elevar o uso das energias renováveis. Temos já em Cuba painéis solares, temos turbinas eólicas e estamos a tentar usar a biomassa.

Tudo isso estando bloqueados há mais de meio século pela maior potência mundial.

O bloqueio afeta quase todos os setores da economia cubana. É o principal ao obstáculo ao desenvolvimento do país. Agora, o governo dos Estados Unidos está a ameaçar-nos com a aplicação do terceiro ponto da Lei



OMS certifica Cuba como primeiro país a eliminar a transmissão materna do HIV

Helms-Burton. Uma ameaça dirigida a asfixiar a economia cubana com um alto custo humanitário para a nossa população porque de facto o que está a fazer é a aprofundar o bloqueio económico, financeiro e comercial contra Cuba.

Qual o significado dessa decisão?

Nós nacionalizamos propriedades como faz qualquer Estado e querem sancionar as empresas estrangeiras que estão a trabalhar nessas propriedades. Com esta medida, trata-se de estender de uma forma extra-territorial leis dos Estados Unidos contra as relações legítimas de Cuba com parceiros de qualquer outra parte do mundo.

Pode haver consequências para as empresas portuguesas?

Claro, pode haver. Apelo aos governos a que rejeitem a tentativa dos Estados Unidos de aplicar uma lei que constitui uma aberração contra o direito internacional e o direito ao desenvolvimento. E é fazer chacota da resolução que se aprovou recentemente no seio da ONU contra o bloqueio.

Porque é que Cuba decide rever a Constituição?

Porque a última é de 1975 e Cuba e o mundo estão a mudar. A sociedade cubana mudou e observámos também outras experiências nesta e noutras regiões do mundo. E a partir das nossas características, das nossas mudanças, do nosso sistema propusemos as mudanças. Tem sido um processo muito participativo, muito democrático. Tivemos debates populares nas fábricas, nos locais de trabalho e nos bairros até dezembro, quando a nossa Assembleia Nacional do Poder Popular aprovou as mudanças. Depois, uma comissão recolheu os aspetos que tinham mais consenso popular e a Assembleia aprovou a proposta que vai ser agora referendada no dia 24 de fevereiro. Depois do resultado, a Constituição voltará à assembleia já depois de aprovada para aprovar as novas leis em correspondência com o novo documento constitucional.

Como vê as últimas decisões dos Estados Unidos sobre a Venezuela?

São uma ingerência nos assuntos internos de outro país. É um país apelando à revolta, à insubordinação, dentro de outro país e ninguém diz nada. É incrível.

Há um perigo real de haver um conflito regional na América Latina?

As oligarquia e os Estados Unidos estão a fazer o impossível para que esse perigo seja real. Nesse cenário, Cuba apelará a todas partes, a todos os países da América Latina, com todas as organizações possíveis, a acolherem-se aos ditames da proclamação da região como território de paz, assinada em 2014, em Havana, pelos países pertencentes à Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

É uma vergonha para a América Latina, com todos os avanços que teve nos últimos 15 anos, que se recue desta forma depois de políticas progressistas que tiraram 60 milhões de pessoas da pobreza. Três milhões saíram do analfabetismo na Bolívia, Nicarágua e Venezuela. Graduaram-se 20 mil médicos latino-americanos e caribenhos em Cuba. Devolvemos a visão a 2 milhões e 900 mil pessoas com a Operação Milagro.

Com a colaboração da Venezuela surgiu a Petrocaribe e não posso deixar de lembrar que alguns países do mundo e da América Latina em momentos de crise tiveram a mão amiga de Hugo Chávez e do governo bolivariano da Venezuela. Acho que alcançar a unidade dentro da diversidade na região daria condições para enfrentar os desafios do futuro. É muito difícil agora e reitero que quando o dinheiro e os recursos não vão para os bolsos de uns poucos mas para as necessidades sociais dos povos então as oligarquias sabem o que fazer. Nós, cubanos, somos muito optimistas e pensamos que o bom senso tem que prevalecer na América Latina. Tudo faremos para que seja assim. E a Venezuela terá o nosso apoio porque nós somos leais àqueles que nos momentos de dificuldade estendem a mão para apoiar e ajudar e porque assim dizem os princípios da revolução cubana.

MOBILIDADE

Barreiro faz marcha atrás na ponte com o Seixal

É uma questão de números. Se quiserem chegar ao Seixal, os barreirenses vão continuar a ter de percorrer, pela estrada, os 13 quilómetros que separam os dois municípios. Fica na gaveta o projeto que previa a construção de uma ponte pedonal e ciclável entre o Barreiro e o Seixal. A decisão foi tomada numa reunião da Câmara Municipal do concelho barreirenses, depois de ter sido aprovado o cancelamento do protocolo estabelecido entre os dois concelhos da margem sul do Tejo. Só os eleitos da CDU votaram contra a proposta. O aumento dos custos da construção da ligação pedonal serviu de base aos argumentos do presidente da autarquia, Frederico Rosa. Em causa, o acréscimo de dois milhões de euros num orçamento inicial de quatro milhões, depois da Administração do Porto de Lisboa ter exigido alterações ao projeto inicial, com o aumento do vão da infraestrutura de 40 para 60 metros. Na prática, uma vez que os custos seriam partilhados entre o Barreiro e o Seixal, o valor destas modificações não ultrapassaria um milhão de euros, uma vez que o projeto lançado e aprovado em 2017, pelo anterior executivo encabeçado pelo comunista Carlos Humberto, seria apoiado com fundos comunitários no âmbito do Plano de Ação de Mobilidade Urbana. “Muito dinheiro”, reclamou o vereador e deputado do PSD, Bruno Vitorino, que alinhou com o PS, CDS e BE para chumbar a ligação de 800 metros entre as duas margens que, apesar de numa primeira fase não permitir a passagem de automóveis ou transportes públicos como autocarros ou comboios, colocaria um ponto final em cinquenta anos de espera. Foi precisamente em 1969 que um navio embateu e destruiu a chamada Ponte Ferroviária do Seixal, cujos pilares ainda estão cravados e visíveis nas margens da baía do Tejo que coloca as duas cidades frente a frente.



Imagem 3D da ponte projetada para ligar o Barreiro com o Seixal

Para já ficam na mesma. Numa reviravolta financeira, a Câmara Municipal do Barreiro, na voz do vereador do Planeamento e da Divisão de Obras, fez saber que vai redirecionar cerca de 860 milhões de euros para “a criação de uma ciclovia que ligue a já existente no Polis à Avenida Miguel Pais”, assim como a “construção de uma rotunda em frente ao terminal dos barcos. Eleito pelo PS, Rui Braga alega que a opção tem vantagens “ao

nível do espaço pedonal e do aumento de espaço verde”. Uma aposta que não convence a CDU que considera “triste que o Barreiro deixe cair um projecto destes, em troca de outra rotunda”. Nenhuma das obras arrancou para já na cidade ribeirinha, não havendo data de conclusão prevista. O Seixal viu-se obrigado a deixar cair o projeto, uma vez que aprovou a proposta que não chegou a sair do papel.



...os velhos e as casas

No jogo de empurra, a que se tem assistido no campo da legislação sobre o arrendamento urbano e onde a direita parece ter levado tudo de roldão e onde agora a esquerda recupera terreno, surgem propostas animadoras para quem mais tem sofrido: os velhos, empurrados de um lado para o outro, entre o desespero e a esperança.

Há uns tempos atrás, perante a ameaça de um aumento brutal e indiscriminado das rendas que conduziria inexoravelmente ao despejo e à rua, conseguiram-se moratórias atendendo à idade e a incapacidades e ainda foi tido em conta a antiguidade do arrendamento.

Reconhecidas aquelas condições, hoje ninguém pode ser desalojado.

Contudo, ainda há quem proponha que se a casa estiver em ruínas e o senhorio entender fazer obras profundas, o drama pode acontecer.

Oxalá que tal ideia nunca venha a ser aprovada.

As árvores morrem de pé...como diz o drama.

As casas também morrem de pé e mais fácil é matar um prédio que uma árvore: pois a estas é preciso salgar-lhes as raízes ou fazer-lhe uma incisão circular em torno do tronco para que a seiva não chegue lá a cima; às casas basta quebrar duas ou três telhas em determinados sítios, esperar que um algeroz se entupa ou deixar aberta uma janela num fogo desabitado e o assassinato ocorre e não haverá nem acusação, nem condenação.

Isto se mão malvada ou um acidente não ateam fogo e então arde a casa e arde o contrato de arrendamento, sem apelo nem desagravo...

Paradoxal situação esta em que o país se encontra: nunca se construiu tanto como há algumas dezenas de anos para cá e nunca houve tanta falta de casas e nunca se demoliu tanto; em relação a outros países da Europa, cá pouco se aproveita do que já está feito e quando tal sucede é para morada de ricos ou escritórios de multinacionais.

E, no entanto, é relativamente fácil recuperar as casas velhas onde vivem velhos e que, por vezes, chegam a ser exemplos patrimoniais de “arquitetura chã”.

Só é necessário que não chova dentro das casas e garantir a segurança das instalações elétricas para que eles, quanto mais não seja, se aqueçam sem perigos.

E, para isso, impõe-se que, com imaginação, haja apoios e incentivos a inquilinos e senhorios, que sejam claros os critérios de autorização de demolições, a imposição de obras coercivas e, se for o caso disso, o recurso à expropriação por utilidade pública e, obviamente, vontade política quanto baste.

Transportes públicos



Quem ganha e quem perde

Muito se tem escrito e penso que continuará a escrever, sobre a chamada linha circular do Metropolitano de Lisboa.

Os técnicos pronunciaram-se contra, os trabalhadores discordaram, as comissões de utentes divulgaram o seu desagrado, várias autarquias reclamaram.

A chamada “consulta pública” mais uma vez não passou de um processo administrativo para cumprir regras, ou seja, digam o que quiserem que nós faremos o que já decidimos. Há sempre aliados que nunca nos falham quando é necessário.

As consequências, essas, recaem sempre sobre os mesmos, isto é, os utentes.

Se esta decisão se materializar muita gente perderá, boa parte com penalização significativa.

Perde a população da zona ocidental da cidade que mais uma vez fica afastada transporte urbano mais eficaz que existe, pese a má qualidade do serviço que o de Lisboa presta.

Perde a população servida pelas linhas amarela e verde que vindo de Telheiras ou das estações entre Odivelas e Campo Grande passam a contar com mais um transbordo, o que se replica para quem viaja em sentido inverso.

O transbordo é uma operação altamente penalizante particularmente para quem diariamente está sujeito a ele nas suas movimentações pendulares. Se em média cada transbordo demorar entre 4 e 5 minutos, estamos a ser otimistas, contando com férias e feriados, cada utente trabalha mais uma semana, os seja, vê agravadas as suas condições de vida, considerando que tempo livre é seu neste processo lhe é roubado.

Já foi assim com o encerramento da estação de Arroios, com as obras paradas e sem resolução à vista apesar das muitas discordâncias. Consequências? Comerciantes que vêm os seus negócios a irem por água abaixo, passageiros que deixaram de o ser por terem de recorrer a outros modos de transporte e outros que ainda o são a terem de realizar percursos a pé que antes não eram necessários. Para estes não consigo uma estimativa, pois situações são muito diversas, mas seguramente que quem viu a sua deslocação demorar mais 20 minutos passou a ter um ano com 13 meses.

Há também uma coisa que, ou me passou despercebida, ou é altamente preocupante. Não ouvi falar em aquisição de material circulante.

Rego Mendes

MOBILIDADE



Bombeiros sapadores em ação

Bombeiros sapadores em luta

A elevada adesão à greve, que decorre entre 21 de Janeiro até 5 de fevereiro, foi confirmada por António Pascoal, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML/CGTP-IN), ao *AbrilAbril*.

“A adesão foi de 99% nestes primeiros dias. Em média, o regimento faz entre 40/50 serviços e durante estes dias fez entre 10/12 serviços. Só fez os urgentes. A adesão continua a ser grande porque o descontentamento é enorme”, afirmou.

Tal como a anterior greve em dezembro, os bombeiros sapadores de Lisboa estão a assegurar todos os serviços urgentes onde haja vidas em risco, ficando por resolver situações menores como limpeza e abertura de portas.

Em causa está a decisão do Governo de avançar com alterações ao regime de carreira e aposentação, como

por exemplo o aumento da idade de reforma e uma redução salarial significativa. Apesar de não ter havido qualquer discussão prévia, de momento decorrem negociações em paralelo à greve.

Em comunicado, o STML realça que as negociações com o secretário de Estado da Protecção Civil, no passado dia 23, resultaram em alguns progressos, apesar da intransigência do Governo quanto ao aumento da idade de reforma.

“Relativamente à proposta de estatuto de aposentação, o Governo não cedeu uma vírgula (...). Dada a exigência da prestação do serviço de socorro deverão manter-se os actuais limites de idade da carreira e ser instituído um regime que garanta aos trabalhadores o direito a dispensa dessas funções”, lê-se.

PUBLICIDADE



BANDA DESENHADA BASEADA EM O CAPITAL DE KARL MARX

Carlos Barradas
Posfácio de Sérgio Ribeiro

À VENDA N'A VOZ DO OPERÁRIO e livrarias



A VOZ DO OPERÁRIO



althum.com

MDM

Manifestação nacional de mulheres em Lisboa



Marcha solidária contra despedimento em Santa Maria da Feira

São esperadas milhares de pessoas na manifestação nacional que se realiza no próximo dia 9 de março, em Lisboa, para exigir igualdade e justiça social no âmbito do Dia Internacional da Mulher. De acordo com Sandra Benfica, do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), a iniciativa tem ponto de encontro marcado para os Restauradores, às 14h30, e a organização convida todas as mulheres que “vivem, trabalham ou estudam nos vários distritos do país a participar”.

A manifestação que vai terminar na Ribeira das Naus pretende dar voz aos problemas mais sentidos pelas mulheres. Entre as razões enumeradas pelo MDM está o fim das discriminações laborais e sociais. O fim da precariedade, a valorização dos salários, a redução da semana de trabalho para as 35 horas e o direito à carreira profissional e à progressão sem discriminações por maternidade ou paternidade são outras das reivindicações deste movimento que também exige mais participação social, política e cultural das mulheres. Outra das razões apresentadas prende-se com o combate à violência contra as mulheres e raparigas reforçando a proteção às vítimas e impedindo a mercantilização do corpo da mulher. Para a iniciativa vão estar disponíveis vários tipos de transporte nas diferentes regiões do país. Essa informação está disponível na página do movimento.

Foi a 8 de março de 1917 que dezenas de milhares de mulheres revoltadas fizeram greve e se manifestaram pelas ruas de Petrogrado, então capital do Império Russo, exigindo comida e o fim da participação na I Guerra

Mundial. Nesse dia, paralisaram mais de 90 mil trabalhadoras. Perante o descrédito do czarismo, os soldados recusaram reprimir a manifestação e parte deles aderiu aos protestos. Nas jornadas seguintes, uma potente greve geral parou Petrogrado num processo de luta que antecipava o fim do regime monárquico dali a poucos dias.

Só em 1977 é que a Assembleia-Geral das Nações Unidas convidou os Estados-membros a proclamar o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher que já era assinalado em muitos países.

MDM solidária com a operária Cristina Tavares

De acordo com um comunicado enviado aos órgãos de comunicação social, o MDM exige a intervenção do governo no caso de Cristina Tavares. Em causa estão as ações contra a trabalhadora Cristina Tavares, por parte da corticeira Fernando Couto, após a sua reintegração por ordem judicial. A operária foi novamente despedida a 11 de janeiro, após a empresa ter sido multada em 31 mil euros pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), que deu como comprovado os atos repressivos. “Não podemos continuar a admitir a impunidade verificada, por parte de empresários sem escrúpulos, que desrespeitam continuamente a lei, as decisões da ACT e dos próprios tribunais, pondo em causa os princípios democráticos que orientam constitucionalmente as nossas vidas”, pode ler-se.

A VOZ
dos livros



Neo-realismo — Uma Poética do Testemunho, de Manuel Gusmão

Edição Página a Página

Poeta dos dias levantados e límpidos de Abril, ensaísta notável, estudioso arguto das obras dos nossos mais importantes escritores, de Carlos de Oliveira a Redol, de Urbano a Manuel Tiago/Álvaro Cunhal, Manuel Gusmão é, nos tempos regressivos que vivemos, uma voz lúcida e corajosa a separar trigo e joio, a denunciar embustes e penachos sem chão.

Num tempo em que a actual literatura portuguesa parece ter perdido a tramontana e se deixa embalar (apesar, convenhamos, de alguns jovens autores se revelarem singulares e expressivas vozes) pelos cantos de Inverno e sujeição que sopram de vários quadrantes, os ensaios de Gusmão, o seu modo analítico seguro e justo, que reside no didactismo, na forma como denuncia os atropelos à dignidade e à lisura, perspicaz de agudeza dialéctica, recolhendo o que nos textos é húmus e essência, e nesse modo único como lê as obras dos autores que ergueram o mais substantivo património da nossa criação literária, são incontornáveis para o entendimento deste período.

Essa agudeza analítica, esse modo didáctico de no-lo dar a ver um texto, está presente, com rigorosa assertividade, no seu mais recente livro de ensaios, todo ele dedicado a livros e autores que realizaram o mais duradouro e fecundo movimento literário do século XX: *Neo-Realismo, Uma Poética do Testemunho – Alguns Exercícios de releitura*.

Nestes ensaios, de onde a linguagem académica está ausente, Gusmão regressa à análise de textos de Redol (*Gaibéus*); Soeiro (*Esteiros e Engrenagem*); M. da Fonseca e a sua *Invenção do mito literário alentejano*; Mário Dionísio e Joaquim Namorado, sobre *intertextualidade e voz própria*; Cunhal, *o discurso clandestino e o elogio da coragem*; Carlos de Oliveira, *uma poética do testemunho*, constituindo-se este texto mais uma brilhante incursão do autor sobre o universo poético de Oliveira; Dionísio e Urbano.

Diz-nos Gusmão no texto introdutório deste obra: *Estes jovens ardam na tensão de unirem os seus ideais revolucionários em tempos de escuridão, a sua dedicação a um povo perante o qual se sentiam como representantes responsáveis e os seus projectos de emancipação cultural, a sua vontade de criarem beleza e de a partilharem como quem partilha o pão, a liberdade, o conhecimento*.

Uma visão político/literária de um tempo único na cultura portuguesa: com Povo dentro.

Domingos Lobo

PARLAMENTO EUROPEU 2019

Futuro da União Europeia em debate



Eleições para o Parlamento Europeu realizam-se a 26 de maio

Os eleitores dos diferentes países da União Europeia (UE) estão chamados a eleger os deputados ao Parlamento Europeu (PE), entre 23 e 26 de maio, num plebiscito marcado pelo Brexit e pelo crescente descrédito nas instituições europeias. De acordo com o último Eurobarómetro, a maior preocupação dos cidadãos da UE prende-se com a desigualdade salarial entre os vários países. A Grécia e Portugal foram os dois países da UE que mais escolheram esta resposta. Logo de seguida, entre os resultados do inquérito, aparece o acesso a cuidados de saúde, segurança e o acesso igual e justo à educação em todo o espaço da UE. Questionados sobre economia, depois do combate à corrupção, optaram por apontar o pleno emprego como solução para estabilidade económica.

Presididos pelo conservador italiano Antonio Tajani, participam, atualmente, nos trabalhos parlamentares, entre Estrasburgo e Bruxelas, 21 deputados portugueses (2,8%) de um universo de 751. A próxima legislatura terá a duração de cinco anos e será a primeira sem a participação do Reino Unido depois de um processo eleitoral em que se prevê que o futuro da UE seja um dos temas centrais. Desde 1999 que a afluência às urnas têm decaído para valores abaixo dos 50%. Em 2014, a participação global dos eleitores foi de 42,54%, ainda assim acima de Portugal que não foi além dos 33,84%.

Nesse ano, quando ainda governava Pedro Passos Coelho e Paulo Portas, 31,46% dos votantes portugueses elegeram oito deputados para o PS. A coligação entre o PSD e o CDS-PP perdeu 13% dos votos que havia obtido cinco anos antes e passou de dez para sete deputados. A CDU subiu de 10,66% para 12,68% e conquistou mais um deputado aumentando de dois para três os seus representantes no PE. O MPT alcan-

çou os 7,14% e levou pela primeira vez dois deputados beneficiando do mediatismo de Marinho e Pinto. Uma das surpresas foi a quebra eleitoral do BE que caiu dos 10,73% para os 4,56%, perdendo mais de metade dos votantes, e passando de três para uma deputada.

Em junho do ano passado, face à saída do Reino Unido da UE, que possuía 73 lugares no PE, o órgão decidiu cortar 46 deputados e distribuir os restantes por França (5), Espanha (5), Itália (3) e Polónia (1), sob o argumento de que estavam subrepresentados em relação à Alemanha. Países de média dimensão como a Holanda, Irlanda, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Áustria, Croácia, Eslováquia, Estónia e Roménia também viram aumentar o número de deputados elegíveis. Portugal, que também se integra neste grupo, não recebeu qualquer deputado apesar de ter perdido quatro nos vários alargamentos da UE. Os únicos deputados que exigiram mais representantes portugueses e votaram contra a proposta aprovada foram os três comunistas eleitos pela CDU, João Ferreira, Miguel Viegas e João Pimenta Lopes.

João Ferreira encabeça lista da CDU

A sala principal do Capitólio, no Parque Mayer, foi pequena para receber a apresentação do primeiro candidato da CDU ao Parlamento Europeu. Heloísa Apolónia afirmou que na coligação com os comunistas se unem “esforços, convicções e determinação (...) para transformar este país e o mundo num país e num mundo melhor”. A deputada d’Os Verdes acrescentou que a CDU quer “uma Europa e um mundo de respeito pela soberania dos povos e dos países. De solidariedade, de paz, de cooperação, de incentivo a políticas sociais que

dêem resposta a dramas tão profundos como a pobreza ou o desemprego”.

Por sua vez, Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, defendeu que a atual solução política governativa só não foi “mais longe” pelas “contradições inerentes às opções do PS e do seu governo minoritário, de submissão ao grande capital, à União Europeia e aos critérios constrangedores do euro reforçadas por uma crescente convergência com PSD e CDS para garantir o essencial da política de direita em matérias nucleares”.

João Ferreira foi o último a intervir e fez uma análise histórica da integração de Portugal na CEE e deu um retrato das consequências. O deputado ao Parlamento Europeu referiu a privatização de empresas e setores estratégicos nacionais, “hoje nas mãos de capital estrangeiro” e o abandono da produção nacional. “[A UE] deu alento e suporte à compressão dos salários, à redução de direitos laborais e à precariedade e deu alento e suporte ao aumento das desigualdades da riqueza, a crescentes injustiças sociais”, afirmou. Deixou ainda um recado aos “que dizem querer salvar a Europa” e que querem, “na verdade, salvar a integração capitalista europeia, dizemos que salvar a Europa das conquistas dos trabalhadores e dos povos, das grandes revoluções emancipadoras e do seu imenso legado, salvar esta Europa exige derrotar a UE das transnacionais e das grandes potências”. João Ferreira fez ainda referência à extrema-direita para deixar claro que para a CDU a escolha não é entre os “nacionalismos” e a “integração capitalista” já que correspondem, “por vias diferentes, aos mesmos interesses de classe”. Para o deputado comunista, “a extrema-direita explora o descontentamento social criado pelas políticas da UE, protagonizando uma deriva ainda mais reacionária”.

ÁFRICA



África do Sul rumo ao futuro (Foto Media Club South Africa)

África Austral constrói o futuro

Na África Austral, países independentes como Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia e Zimbábue, libertados do domínio colonial e do jugo racista, dão passos seguros rumo a um futuro melhor. Apesar do legado deixado pelo colonialismo e o apartheid, dos problemas políticos, económicos e sociais da actualidade, dos conflitos e guerras e das persistentes ingerências e pressões estrangeiras.

Carlos Lopes Pereira

De «continente perdido» ainda há pouco, a África passou a ser vista, pelas suas imensas riquezas, como o «continente do futuro».

Possui inesgotáveis recursos naturais, é um mercado apetecível, vive um crescimento demográfico exponencial: com 300 milhões de habitantes em 1950 e 800 milhões em 2000, tem hoje 1.300 milhões de pessoas, metade das quais com menos de 25 anos.

A economia continental progride: na década de 70, o PIB *per capita* africano era 10% do dos países desenvolvidos mas a partir de meados dos anos 90 a África começou a crescer com taxas médias anuais de 5 a 6%, contra aumentos de 1,5 a 2% nos países do Norte.

Com estas riquezas potenciais, não é de estranhar a ingerência das potências

imperiais (EUA, França, Grã-Bretanha...) em África. Nem as guerras e os conflitos, em geral ateados e alimentados do exterior, de que são exemplos nestes anos mais recentes, a agressão da NATO à Líbia, a intervenção francesa no Mali, a presença militar estado-unidense na Somália, a guerra civil no Sudão do Sul, o caos na República Centro Africana, o «terrorismo islâmico» na Nigéria e na região do Lago Chade, a «guerra de baixa intensidade» no Leste da República Democrática do Congo – tudo isso provocando mortes, fomes, miséria, deslocados e refugiados e bloqueando o desenvolvimento.

Na África Austral, países que conquistaram a independência de armas na mão, como Angola e Moçambique, em 1975, contra o colonialismo, ou o Zimbábue (1980), a Namíbia (1990) e a África do Sul (1994), contra a opressão da minoria racista, governaram procurando o rápido desenvolvimento e a eman-

cipação social dos seus povos.

Os governos angolano, moçambicano e zimbabueano optaram por orientações progressistas mas o imperialismo impôs guerras aos seus países, com a conivência do regime do *apartheid* na África do Sul e de movimentos fantoches, provocando milhares de vítimas e colossais problemas económicos e sociais, cujas consequências perduram.

Apesar disso, nos países que conquistaram a liberdade e integraram a Linha da Frente contra o *apartheid* – África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia, mais a Tanzânia e a Zâmbia –, os movimentos, frentes e partidos que lideraram as lutas independentistas continuam hoje a beneficiar de apoio popular maioritário (o MPLA em Angola, a Frelimo em Moçambique, a ZANU-PF no Zimbábue, a Swapo na Namíbia e o ANC, aliado ao Partido Comunista e à central sindical Cosatu na África do Sul).

Futuro comum

Para melhor combater a pobreza e o atraso, aumentar a qualidade de vida dos seus povos e acelerar o desenvolvimento, os países da África Austral criaram em 1992 a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Integram esta organização inter-governamental 15 países (África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e Seicheles). Escolheram como lema «Rumo a um futuro comum» – todo um programa a cumprir. Já antes, desde 1980, existia uma organização semelhante, a SADD, que juntava apenas nove estados membros.

Os países da SADC somam uma população de 210 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto conjunto de 470 mil milhões de dólares. Ao longo deste quarto de século, a organização regional tem promovido a cooperação e integração económica, assegurado a paz e a segurança comuns, contribuído para a solução política de problemas surgidos nos estados-membros.

Além da SADC na África Austral, existem no continente outras organizações regionais e uma pan-africana, a União Africana. Foi fundada em 2002, em Durban, com 55 estados-membros, e tem sede em Adis Abeba. Sucedeu à Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963, na capital etíope, por 32 países independentes, então com o propósito central de combater o colonialismo e o neocolonialismo no continente.

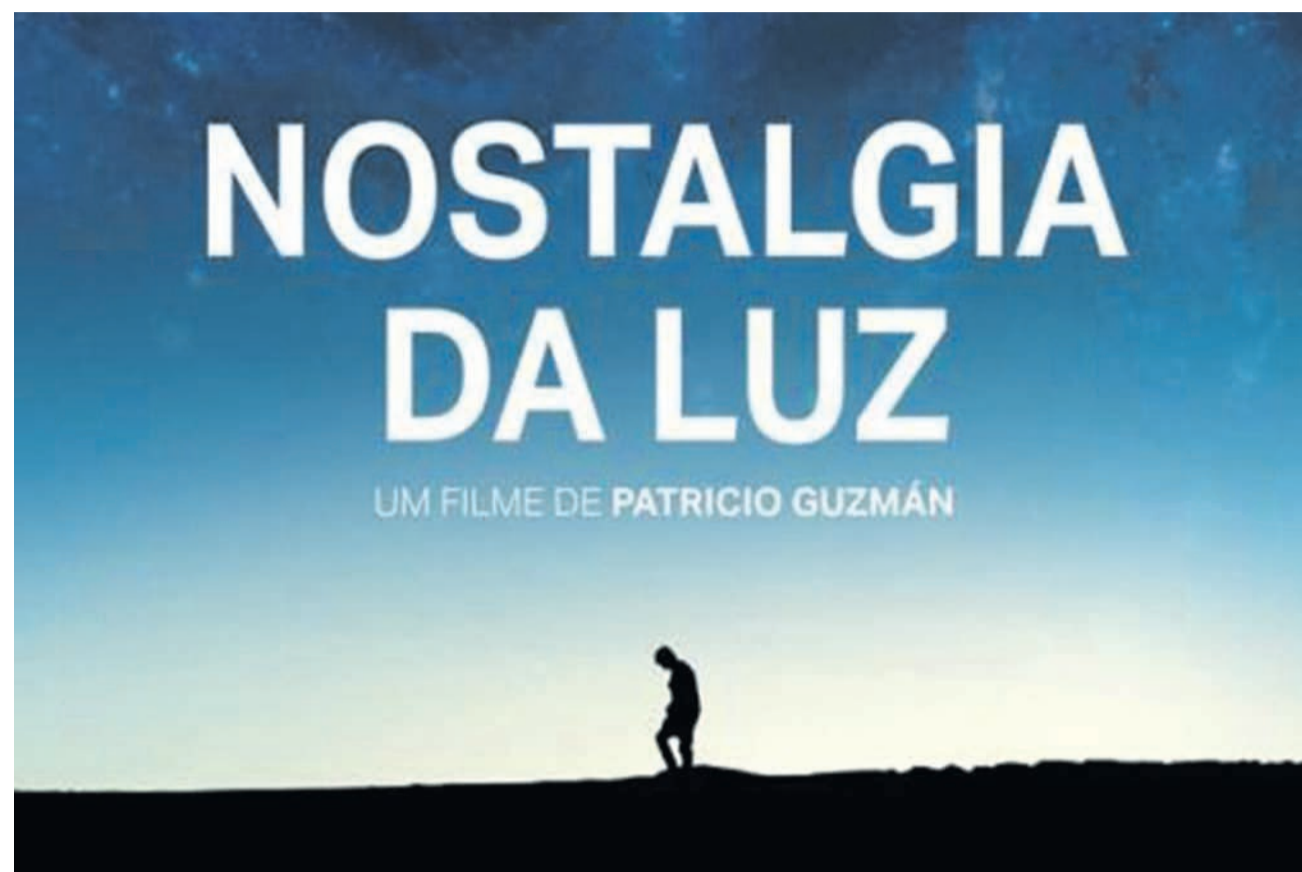
Eleições em 2019

Este ano está prevista a realização de eleições em duas dezenas de países africanos, incluindo na Guiné-Bissau (legislativas), em Março, e, antes disso, em Fevereiro, na Nigéria, a 16, e no Senegal, a 24, ambas presidenciais.

Em países da África Austral, haverá eleições no Malawi, no Botswana e na Namíbia. Em Moçambique, o povo irá às urnas em Outubro, escolher o presidente da República e deputados.

De igual modo, na África do Sul, já em Maio, decorrerão eleições gerais, as sextas democráticas desde 1994. Serão escolhidos 400 deputados do parlamento nacional, nove governos provinciais e o chefe do Estado de uma das maiores potências económicas de África. Perspectiva-se que o Congresso Nacional Africano (ANC) e seus aliados conquistarão de novo a maioria, o que lhes permitirá prosseguir a construção de uma sociedade desenvolvida e sem exploração na pátria de Nelson Mandela.

CINEMA



O deserto de Atacama no norte do Chile - a localização de *Nostalgia da Luz* (2010), de Patricio Guzmán - é um dos lugares mais secos da terra, onde astrónomos instalaram telescópios para aproveitar o ar extraordinariamente limpo, a inexistência de humidade, a virtual inexistência de nuvens, e a ausência de poluição luminosa e interferências radiais das cidades próximas. Nas sequências iniciais do documentário, a voz aprazível de Guzmán conta-nos como se sentiu atraído pela região como consequência do seu fascínio em criança pela astronomia e o seu entusiasmo por Júlio Verne - o tema de um filme que realizou para a televisão francesa há alguns anos (*Mon Jules Verne*, 2005) -, fascínio que agora

registou líricamente sobre a magnificência dos céus atacamenhos, donde o olho nu pode ver um extraordinário número de estrelas e constelações. No primeiro filme que Guzmán gravou em HD, a translúcida luz do título e as áridas extensões da paisagem são incrivelmente capturadas pela fotografia límpida de Katell Djian. A banda sonora também se vê permeada pela paisagem, cheia de silêncios e pulsações reticentes da música composta pelos chilenos Miranda e Tobar.

Mas o documentário de Patricio Guzmán não é só uma arqueologia das estrelas. Para além do desconhecido espacial, o realizador chileno conduz-nos ao desconhecido do que está debaixo daquele chão feito deserto. Debaixo

da terra, está a história do Chile e da barbárie desatada pelo fascismo capitaneado por Augusto Pinochet que tomou o poder em 1973 através de um sangrento golpe de Estado contra Salvador Allende. Mais vivos do que qualquer torturador ou fascista, continuam os torturados e assassinados desaparecidos não se sabe onde na imensidão do deserto. *Nostalgia da Luz* é, por isso, um documentário que empreende uma viagem pelo espaço de amnésia que é a história do Chile. É um país perseguido pelo espectro da justiça mas, aqui, contornando a proximidade dos eventos históricos e das suas figuras, o tom é uma espécie de melancolia - que, ao contrário da função do luto, nunca parece aproximar-se de um fim -, uma melancolia poética e serena fundada na reflexão intelectual que renuncia à ficção da superioridade humana sem repudiar o sonho utópico da justiça social que jaz debaixo do sol.

O contraste das imagens e entrevistas ao trabalho dos astrónomos, a três mil metros de altura, com a salinidade do solo que preserva os restos humanos dos opositores ao regime fascista revela os que buscam vida extraterrestre e um grupo de mulheres que procuram os seus familiares queridos debaixo do deserto.

Em agosto de 2013, o documentário foi editado consideravelmente na sua transmissão televisiva pelo canal Televisão Nacional de Chile no que foi considerado pela imprensa como um ato de censura contra a obra de Guzmán. Em resposta, o realizador escreveu uma carta ao canal. Em outubro do mesmo ano, a diretora de uma escola interrompeu a exibição do documentário por considerar que os temas da ditadura são “coisas que não se podem tratar nas escolas”.

Patricio Guzmán nasceu em 1941, foi apoiante de Salvador Allende e foi detido durante o golpe de Estado, em 1973, enquanto filmava a trilogia documental mundialmente conhecida *A Batalha do Chile* que retrata os factos que desencadearam os trágicos acontecimentos. Esteve preso no Estádio Nacional e com a ajuda da sua mulher e amigos conseguiu enviar os rolos e exilar-se na Europa onde montou o documentário com o apoio do Instituto Cubano de Cinematografia (ICAIC).

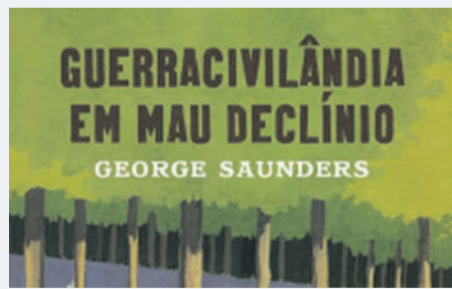
Sugestões culturais:

Festival Play
Lisboa, 16 a 24 de fev.



O Festival Internacional de Cinema Infantil e Juvenil de Lisboa volta com uma programação cinematográfica dedicada inteiramente aos mais novos. Assumindo-se como um auxiliar na “educação do olhar, destacando a imagem em movimento como uma ferramenta essencial para a aprendizagem de nós próprios e do mundo.”, para além dos filmes, prevê conversas e ateliers com profissionais da área.

Guerracivilândia em Mau Declínio
George Saunders



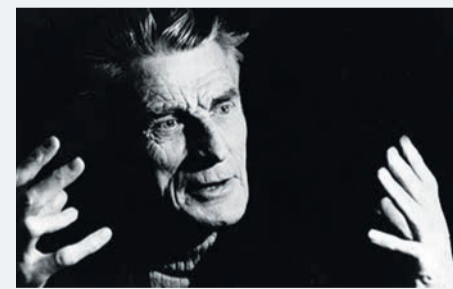
A Antígona edita o livro de lançamento (1996) do autor norte-americano. A obra “reúne seis contos e uma novela (...) que têm por tema a desumanização do funcionário submetido a tarefas absurdas, refém de parques temáticos distópicos, à deriva em mares suburbanos onde vogam empreendedores ultraliberais e se afundam subalternos (...) Guerracivilândia ilumina o lado negro do sonho americano e, subitamente, redefine a trajectória da ficção contemporânea.”

Cândido Portinari em Portugal
Museu do Neorealismo



Patente até 3 de março, a exposição invoca o nome maior da pintura brasileira e reúne inúmeros elementos de documentação e imagens que assinalam a passagem de Cândido Portinari por Portugal. A obra do pintor é de um grande alcance sócio-histórico, procurando representar as condições de trabalho nas roças de café brasileiras. Cândido Portinari foi um dos pintores estrangeiros que mais se aproximou do ideário neorealista português.

Conversas com o Público
Teatro Joaquim Benite, 2, 16 e 23 fev.



Samuel Beckett é o autor central do novo ciclo de conversas, organizado pela Companhia de Teatro de Almada. Eugénia Vasques (professora e crítica de teatro) irá moderar três conversas, com a participação de Nuno Carinhos (dia 2), Sandra Faleiro, Cucha Carvalheiro e Luís Madureira (dia 16), e Jorge Loureiro e Ana Sofia Patrão (dia 23). A entrada é livre.

TENSÃO NA VENEZUELA



Maduro empunha a bandeira da Venezuela diante de milhares de pessoas

Oposição tenta dar golpe de Estado

Numa situação inédita, países alinhados com os Estados Unidos e a União Europeia tentam impôr um opositor como presidente apesar de não ter participado nas eleições presidenciais antecipadas que deram a vitória a Nicolás Maduro. Foi no dia 23 de janeiro que Juan Guaidó, desconhecido para a maioria da população venezuelana, se auto-proclamou presidente durante uma manifestação opositora ao arripio da constituição daquele país.

Apesar do reconhecimento quase imediato dos Estados Unidos, do Canadá e de mais de uma dezenas de países latino-americanos, Guaidó não conseguiu a maioria dos apoios na Organização dos Estados Americanos e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde a Rússia e a China usaram o direito de veto para bloquear uma declaração proposta pelos Estados Unidos que pedia o desconhecimento das últimas eleições presidenciais. Por sua vez, a delegação norte-americana vetou uma posição apresentada pela Rússia e pela China que apelavam ao diálogo político entre as diferentes partes. Estes países denunciaram que, depois da Líbia e da Síria, Washington pretende provocar um banho de sangue na Venezuela violando a soberania do país com as mais importantes reservas de petróleo. À margem da reunião do organismo permanente das ONU, os EUA exortaram os países a suspenderem as transações financeiras com Caracas aumentando a asfixia à economia venezuelana já assediada há vários anos por sanções e bloqueios.

Por sua vez, o Parlamento Europeu acaba de reconhecer Juan Guaidó e de pedir a todos os países da UE que o façam depois de um ultimato a Nicolás Maduro para convocar eleições presidenciais. Portugal juntou-se aos países que deram oito dias ao chefe de Estado para convocar eleições. Em caso contrário, reconhecem Guaidó. Apesar de estar a ser acusado pela justiça venezuelana de usurpação de cargo, o opo-

sitor continua a caminhar livremente por Caracas onde fez um discurso em que exige eleições livres.

Jorge Arreaza, ministro venezuelano dos Negócios Estrangeiros, anunciou que o governo venezuelano não vai ceder à chantagem e à tentativa de golpe de Estado e lembrou que nas últimas eleições presidenciais o governo venezuelano convidou os representantes da União Europeia e da ONU para fiscalizarem o ato eleitoral e que nenhum dos dois aceitou o convite. O dirigente venezuelano recordou ainda que a oposição ganhou várias eleições e que isso é prova de que o seu país tem eleições livres e democráticas.

Perante as pressões internacionais e acusando os EUA de terem planeado o golpe, Nicolás Maduro cortou relações diplomáticas com Washington que decidiu bloquear todos os ativos da petrolífera venezuelana no exterior e entregá-los a Juan Guaidó.

As últimas eleições presidenciais que elegeram Nicolás Maduro para um segundo mandato foram antecipadas por um acordo entre o governo e uma parte da oposição que aceitou participar no plebiscito. Nicolás Maduro foi escolhido por 67,84% dos votantes, Henri Falcón chegou aos 20,93% e Javier Bertucci aos 10,82%.

Golpe de Estado contra Hugo Chávez

Não é a primeira vez que o chavismo sofre uma tentativa de golpe de Estado. Em 2002, o presidente Hugo Chávez foi sequestrado por forças militares durante dois dias e foi substituído por um governo imediatamente reconhecido pelos EUA e por Espanha. Apesar das centenas de chavistas mortos provocados pela repressão policial durante o golpe de Estado, nenhum dos partidos da oposição foi ilegalizado quando a democracia foi reestabelecida com o regresso de Chávez. Muitos dos protagonistas da violência fugiram para os EUA e para a Colômbia.

A Voz do Operário há 100 anos

Os últimos acontecimentos

A' hora a que escrevemos, suffocada a revolução em Lisboa, o conflicto está latente no norte do paiz. As tropas de Paiva Couceiro teem tido já varias escaramuças com as tropas fieis á Republica. Quando a luz do *A Voz do Operário* tiver já visto a luz da publicidade, já se devem ter travado rudes combates, e talvez mesmo que a lueta tenha findado.

Quanto a nós, temos sempre mantido a mesma opinião. Por muitas desillusões que a Republica nos tenha trazido, não por culpa das instituições, mas pelos erros dos seus homens, por muito que esses homens tenham falseado as suas promessas, não acreditamos que a Monarchia possa resurgir de novo. Ella está morta e bem morta. Não ha nada que galvanise esse cadaver. Em redor da bandeira azul e branca não poderão jámais agrupar-se as classes que aspiram á liberdade, á marcha para o futuro. E por mais revoluções que se façam, por mais conspirações que se forjem, por mais conspiratas que se desenhem, nenhuma revolução triumpho quando não tem a animal-a a grande força da opinião publica, quando não se inspira nos grandes ideaes emancipadores, que guiam a Humanidade.

Assim, a revolução monarchica foi esmagada em Lisboa, e os seus caudilhos, que não ficaram em Monsanto mordendo o pó, cahiram nas malhas apertadas dos codigos militares. A revolução do Norte ha de ser tambem esmagada. O que é preciso é que, depois de terminada essa revolução, os elementos republicanos dêem o mais nobre exemplo de republicanismo que podem dar, acabando com os seus odios, com as suas divisões, com os seus conflictos, mais de interesses do que de idéas, mais de ambições do que de lueta nobre e levantada, constituindo finalmente aquillo que nunca souberam constituir, em oito annos de Republica - uma familia, ligada pelo mesmo ideal, trabalhando com o mesmo fito e para o mesmo fim, na ancia enorme de que o paiz prodiga e se emancipe de todas as oligarchias que teem estorvado a sua acção.

A Batalha

Com este titulo, deve começar brevemente a sua publicação um jornal diario, que já estava para sahir ha dias, tendo sido adiada a sua publicação para remover dificuldades que surgiram. O novo jornal diario, orgão da União Operaria Nacional, destinado pois a ser o porta-voz da organização operaria portugueza, tem a sua redacção e administração installadas na séde da União, Calçada do Combro, 38-A, 2.º.

A União emittiu, para sustentar o jornal, acções de um escudo, pagaveis em quatro prestações, estando já installadas as commissões directiva e administrativa.